

EAPN

Um rendimento mínimo adequado para todos



Este é o *slogan* de uma **campanha de sensibilização** que a **European Anti Poverty Network (EAPN)** está a levar a cabo a nível europeu. A campanha, lançada no passado dia 19 de Dezembro, tem como objectivo clarificar que os **esquemas do rendimento**

mínimo são um pré-requisito fundamental para uma União baseada na justiça social e igualdade de oportunidades para todos!

Em 1992, a UE adoptou uma recomendação sobre os critérios comuns para que o sistema do rendimento mínimo fossem baseados nos direitos sociais. Mas, até agora, continuam a **existir enormes insuficiências** e discrepâncias:

- _ Nem todos os países da UE possuem esquemas de rendimento mínimo;
- _ Nem todos têm acesso aquela prestação, pois alguns grupos não são abrangidos pelo Rendimento Mínimo devido à idade, à situação face ao emprego ou ao estatuto de migrante;

- _ A complexidade dos sistemas impede as pessoas de exigir os seus direitos;
- _ Os esquemas do Rendimento Mínimo não são suficientemente adequados para tirar as pessoas da pobreza.

Assim, um esquema de **rendimento mínimo** adequado:

- _ Deve ser reconhecido como um **direito fundamental**;
- _ Deve construir uma **sociedade decente**;
- _ É a única base segura à **integração social sustentável**;
- _ Deve ser reconhecido pelos Estados Membros como um **elemento essencial dos Sistemas de Protecção Social**;
- _ Deve ser **acessível a todos**;
- _ Deve ser desenvolvido de forma integrada, com **serviços de qualidade** acessíveis e com um apoio personalizado de acesso ao mercado de trabalho;
- _ Deve proporcionar a todos um nível de **vida decente** e uma **participação plena na sociedade**;
- _ Deve **envolver as pessoas em situação de pobreza** na sua definição.



http://www.eapn.org/code/en/news_detail.asp?pk_id_content=3130

EUROPA

Ano Europeu do combate à pobreza e à exclusão social

No passado dia 12 de Dezembro de 2007, a Comissão Europeia declarou que **2010 será o Ano Europeu do combate à pobreza e à exclusão social**.

Com uma dotação de 17 milhões de euros, esta iniciativa tem como **objectivos**:

- Reconhecer o direito das pessoas em situação de pobreza e exclusão social a viver com dignidade e a participar activamente na sociedade;
- Reforçar a adesão do público às políticas e acções de inclusão social;
- Assegurar uma maior coesão da sociedade;
- Mobilizar todos os intervenientes.



<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/07/1905&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en>

Carta dos Direitos Fundamentais

Os Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho (2º semestre de 2007) e da Comissão assinaram, no passado dia 12 de Dezembro em Estrasburgo, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, um dia antes da assinatura do Tratado de Lisboa. Os três salientaram o "dia histórico" para os cidadãos europeus

e também o "desafio quotidiano" e o "compromisso das instituições europeias" de respeitar e promover os direitos e valores fundamentais.

A Carta apresenta os direitos civis, políticos, económicos e sociais dos cidadãos europeus, sendo-lhe conferido carácter legal através do novo Tratado.



http://www.europarl.europa.eu/news/expert/infopress_page/017-14846-344-12-50-902-20071211IPR14801-10-12-2007-2007-true/default_pt.htm

Relatório sobre a Estratégia de Lisboa Renovada

De acordo com o **Relatório Estratégico da Comissão Europeia** (COM (2007) 803 de 11 de Dezembro) publicado no passado mês de Dezembro, a Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego está a dar resultados. Segundo o relatório, após três anos do seu relançamento em 2005, a Estratégia de Lisboa está a contribuir para os resultados favoráveis alcançados pela economia da UE.

O relatório, que será apresentado ao Conselho Europeu da Primavera no próximo mês de Março, apresenta um conjunto de iniciativas políticas com o objectivo de vencer este desafio e intensificar os esforços da Europa para reagir à globalização e influenciar o seu curso.



de Primavera no próximo mês de Março, apresenta um conjunto de iniciativas políticas com o objectivo de vencer este desafio e intensificar os

Embora o relatório apresente alguns êxitos alcançados, existem muitas áreas, nomeadamente na área social, onde existe muito por fazer. Muitos mercados de trabalho continuam a estar segmentados, onde muitos trabalhadores continuam em situação incerta com contratos precários. Os sistemas de educação não estão a dotar os jovens das qualificações que tanto eles como o mercado de trabalho necessitam. A mobilidade dos trabalhadores continua a ser fraca.

Por outro lado, muitos Estados Membros estão longe de atingir os objectivos de Quioto e estão atrasados em termos de investimento em tecnologias de informação e da comunicação.



COM(2007)803 em

http://ec.europa.eu/growthandjobs/pdf/european-dimension-200712-annual-progress-report/200712-annual-report_en.pdf

Presidência eslovena da União Europeia

Pela primeira vez na história do país, a Eslovénia assume a Presidência da União Europeia durante o primeiro semestre de 2008, sendo o primeiro dos Estados-Membros que aderiram à UE em 2004 a assumir estas funções.

De acordo com o ministro dos negócios estrangeiros esloveno, Dimitrij Rupel, "a União Europeia precisa de encorajamento, energia, diálogo, abertura e de tantos amigos e parceiros quanto possível. Durante seis meses, a Eslovénia estará

no centro dos desenvolvimentos à escala global. É um desafio encorajador".

Principais prioridades da Presidência eslovena

Entre as prioridades da nova Presidência da UE destacam-se o futuro da União e a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o lançamento da nova Estratégia de Lisboa, as questões climáticas e energéticas, o reforço da perspectiva europeia nos Balcãs Ocidentais e a promoção do diálogo entre culturas, valores e tradições, no âmbito do Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2008).



<http://www.eu2008.si/en/index.html>

Orientações integradas para o crescimento e emprego

Com base nas conclusões do Relatório Anual sobre os Progressos realizados em 2007, no âmbito dos Planos Nacionais de Reforma (relatórios de aplicação), da responsabilidade da Comissão Europeia, a **Comissão faz várias recomendações aos Estados Membros**. Assim, tendo em conta o Relatório de Aplicação de 2007 de Portugal e a avaliação da Comissão dos progressos realizados para aplicar as principais reformas estruturais e com base nas Orientações Integradas para o crescimento e o emprego, foram apresentadas as seguintes conclusões:

– Portugal realizou progressos satisfatórios na execução do seu Programa Nacional de Reformas durante o período 2005 – 2007, tendo dado uma resposta satisfatória às recomendações adoptadas pelo Conselho.

Pontos fortes do relatório: os progressos alcançados na correcção dos desequilíbrios orçamentais e na

promoção de reformas sustentáveis na administração pública, na reforma do regime de pensões e no sistema de saúde, na exploração do potencial das empresas e na aplicação do Plano Tecnológico.

Desafios aos quais há que dar resposta com a máxima prioridade: consolidação das finanças públicas, melhorando simultaneamente a sua qualidade e sustentabilidade e orientação das despesas públicas para o reforço do potencial de crescimento de Portugal; melhoria da eficácia do sistema educativo, nomeadamente através do aumento dos níveis de habilitações e de uma redução do abandono prematuro da escolaridade; modernização do dispositivo de protecção do emprego, de forma a reduzir a segmentação do mercado de trabalho; continuação da luta contra os factores que ameaçam a coesão social.

 http://ec.europa.eu/growthandjobs/european-dimension/200712-anual-progress-report/index_en.htm

ESTATÍSTICAS

Dados sobre pobreza em Portugal

O INE publicou no passado dia 15 de Janeiro novos dados sobre o rendimento e as condições de vida dos portugueses (resultado do inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado pela EU-SILC em 2006).

Tendo por base dados de 2006, o INE indica que 18% dos portugueses encontram-se em risco de pobreza, reflectindo uma redução relativamente aos anos anteriores (19% em 2005 e 20% em 2004).

Os grupos que registam uma maior taxa de pobreza continuam a ser os mesmos: mulheres, idosos, jovens com menos de 18 anos.

De acordo com o inquérito, a população empregada (por conta de outrem ou por conta própria) registava em 2006 uma taxa de risco de pobreza de 11%, o que comprova que o emprego não é um meio para sair de situações de pobreza.

Tal como em 2005, as transferências sociais (com excepção das pensões) reduziram a taxa da pobreza em 7%. Ou seja, considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, 40% da

população residente em Portugal estaria em risco de pobreza.

Os rendimentos recebidos através de pensões de reforma e sobrevivência contribuíram para uma diminuição de 15% de indivíduos em risco de pobreza, pois antes das transferências das pensões a taxa de risco de pobreza era de 25%.

As transferências sociais relacionadas com doença e incapacidade, família, desemprego e inserção social reduziram em 7% a proporção da população em risco de pobreza.

Comentando estes dados ao Jornal Público (16/01/2008), o Pe. Jardim Moreira, presidente da REAPN considera que “o facto de muitos portugueses terem passado o limiar da pobreza por terem mais dois ou quatro euros não altera significativamente o estatuto em que vivem. A nossa percepção é que, em 2007, as pessoas tiveram mais dificuldade em pagar as rendas e os aumentos na saúde...”.

Diálogo Intercultural na Europa



O Eurobarómetro publicou no passado mês de Dezembro um relatório que resultou de uma sondagem levada a cabo no âmbito do Diálogo Intercultural na Europa, apoiado pela DG Educação e Emprego. A sondagem (realizada entre 13 a 17 de Novembro de 2007) perguntava aos cidadãos se se relacionavam com pessoas de diferentes culturas, e sobre o seu comportamento perante a diversidade cultural, sobretudo sobre as actividades que serão desenvolvidas no âmbito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural.

Principais conclusões

- Quase 3/4 dos cidadãos europeus acreditam que a existência de pessoas com diferentes antecedentes (étnico, religioso e nacional) enriquece a cultura do seu país; enquanto 1/4 (23%) não concorda com esta opinião. Cerca de 23% de portugueses consideram que a diversidade cultural enriquece bastante a nossa cultura, enquanto 7% considera o contrário;
- 2/3 (65%) dos inquiridos nos 27 Estados Membros mencionaram relacionar-se com pelo menos uma pessoa com uma religião diferente, com outra etnia ou nacionalidade (dentro da UE ou fora) nos 7 dias anteriores ao inquérito.
- O sentimento dominante na UE é que o diálogo intercultural é benéfico, mas para muitos continuar com as tradições culturais de cada país é igualmente importante. Dos cerca de 83% dos cidadãos europeus que consideram haver benefícios com a interculturalidade são da opinião que as tradições familiares (culturais) devem ser mantidas pelas novas gerações (2/3).
- Os europeus atribuem múltiplos sentidos à expressão “diálogo intercultural na Europa”, no entanto a maioria está muito próxima do conceito. Muitos inquiridos responderam “conversação”, “cooperação”, “troca”, “entendimento mútuo”.

REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

O "estado da arte" do novo período de programação na União Europeia

Já está disponível o relatório do seminário organizado pela EAPN e pela REAPN no âmbito dos Fundos Estruturais, que teve lugar no dia 27 de Setembro de 2007 na Fundação Eng. António de Almeida.

As comunicações estão disponíveis na página da REAPN, em www.reapn.org, enquanto o relatório, em inglês, encontra-se na página da EAPN em www.eapn.org.

Guia para a intervenção com as Comunidades Ciganas



Esta publicação é o resultado do projecto Sustipen “Redução das desigualdades de saúde nas comunidades ciganas”, financiado pela Comissão Europeia e desenvolvido em nove países, entre os quais Portugal. Sendo a saúde um indicador importante de desigualdades

nas comunidades ciganas, de qualidade de vida e de participação na sociedade civil como cidadãos de pleno direito, este guia pretende minimizar essas desigualdades, principalmente ao nível da acessibilidade aos bens e recursos que os serviços de saúde dispõem.



O Guia está disponível para download em http://www.reapn.org/publicacoes_visualizar.php?ID=96

A Assembleia-geral das Nações Unidas declarou o dia **20 de Fevereiro** (a partir de 2009) como o **Dia Mundial da Justiça Social**. A resolução adoptada pode ser consultada em <http://www.un.org/Docs/journal/asp/ws.asp?m=a/62/l.15>.

Divulgação e pedidos de informação

Para a divulgação e solicitação de documentação (todos os documentos mencionados no boletim estão disponíveis no GI) contactar:

Gabinete de Informação da REAPN

Tel: 225 420 802

Fax: 225 403 250

Site: www.reapn.org

E-mail: angelina.lopes@reapn.org